

ORGANIZADORES

ALEXANDRE BURMANN
PAULO DE BESSA ANTUNES

ADVOCACIA AMBIENTAL

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Cláudia Vanessa Bergamini
Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Advocacia ambiental: desafios e perspectivas. Organizadores: Alexandre Burmann, Paulo de Bessa Antunes. – Londrina, PR: Thoth, 2021.

881 p.
Inclui bibliografias.
ISBN 978-65-5959-128-2

1. Direito Ambiental. 2. Advocacia Ambiental. I. Burmann, Alexandre. II. Antunes, Paulo de Bessa.

CDD 341.347

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Ambiental : 341.347

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES.....	9
APRESENTAÇÃO	21

CAPÍTULO 1

Agenor Calazans da Silva Neto

O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA AUTORIZAÇÃO DE USO COMERCIAL DE ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO..41

Introdução

1 O princípio da precaução na autorização de uso comercial de organismo geneticamente modificado

Considerações finais

Referências

CAPÍTULO 2

Alexandre Burmann

DA COMPETÊNCIA FISCALIZATÓRIA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL NO CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO – BRUMADINHO – MG E A SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONFLITO VIA “ACORDO SUBSTITUTIVO”

Introdução

1 Da competência para fiscalização ambiental.....

2 Das atuações administrativas no caso de Brumadinho/MG

3 Do “acordo substitutivo” nos termos do artigo 26 da LINDB

Conclusão

Referências.....

CAPÍTULO 3

Alexandre Salomão Jabra

Giovani Bruno Ruiz Tomasoni

ASPECTOS ATUAIS E CONTROVERTIDOS DO PROGRAMA DE CONVERSÃO DE MULTAS AMBIENTAIS NA ESFERA FEDERAL.....63

Introdução	63
1 Evolução legislativa recente.....	63
2 O atual programa de conversão de multas ambientais e as novas regulamentações do IBAMA	66
2.1 Modalidades do programa de conversão de multas ambientais	70
3 Pontos controvertidos	72
3.1. Conversão de multa x ato vinculado.....	72
3.2 Reconhecimento da infração como entrave à adesão ao programa.....	73
3.3 Objetivos da conversão de multas e destinação dos valores arrecadados..	75
3.4 Extensão da responsabilidade do autuado nos casos de conversão indireta.....	76
4 Desafios e perspectivas	77
Considerações Finais	78
Referências	79

CAPÍTULO 4

Alexandre Sion

André Marchesin

CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 9º, XIV, “A”, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011 E SEUS REFLEXOS NAS LEGISLAÇÕES ESTADUAIS	81
Introdução	81
1 A competência do município para licenciar atividades e empreendimentos de impacto ambiental local: aspectos da legislação federal e estadual.....	82
2 Autonomia municipal	90
Considerações Finais.....	93
Referências	94

CAPÍTULO 5

Alexandre Waltrick Rattes

Felipe Wildi Varela

A NECESSÁRIA EFETIVAÇÃO DE UMA GOVERNANÇA AMBIENTAL EM TEMPOS DE TRANSNACIONALIZAÇÃO	97
Introdução	97
1 O meio ambiente em um mundo transnacional. A necessidade da governança e da preparação educacional para um bom entendimento.....	99
2 O protocolo de KYOTO como exemplo de governança ecológica transnacional.....	103
2.1 A necessidade de compromissos transnacionais que se mostrem efetivos. a falha de KYOTO	106

Considerações Finais.....	108
Referências	109

CAPÍTULO 6

Ana Carolina F. de Melo Brito

A MULTA CIVIL AMBIENTAL NA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA	111
Introdução	111
1 Tríplice responsabilidade ambiental	113
1.1 Responsabilidade civil ambiental.....	115
2 Concepções da multa civil em matéria ambiental	116
3 A jurisprudência sobre a multa civil em matéria ambiental.....	118
4 Possibilidade de cumulação da multa civil com outras prestações de reparação civil.....	120
Considerações Finais.....	120
Referências	122

CAPÍTULO 7

Andreia Pereira Carvalho

Cariza Norma Ferreira Morandi

OS MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E BRASIL	125
Introdução	125
1 O direito ao meio ambiente e sua evolução	126
2 A proteção ambiental no âmbito da União Europeia.....	131
3 Métodos extrajudiciais de proteção ambiental no Brasil.....	135
Considerações Finais.....	142
Referências	143

CAPÍTULO 8

Bruna Nascimento

PERSPECTIVAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NAS DERIVAÇÕES CLANDESTINAS NO BRASIL	147
Introdução	147
1 Responsabilidade civil.....	149
1.2 Da responsabilidade civil ambiental.....	151
1.3 Da responsabilidade civil do estado nos casos de derivação	161
2 Derivações clandestinas no México.....	164
Considerações Finais.....	165
Referências	167

CAPÍTULO 9**Bruno Campos Silva**

A COTA DE RESERVA AMBIENTAL (CRA): ASPECTOS CONCEITUAIS E FUNCIONALIDADE NO ATUAL REGIME JURÍDICO	169
Introdução	169
1 A CRA e a sua funcionalidade.....	169
2 A CRA e o atual regime jurídico florestal.....	174
3 A CRA e o julgamento das ADI'S e ADC pelo STF - <i>identidade ecológica</i> e segurança jurídica.....	181
Considerações Finais.....	184
Referências	184

CAPÍTULO 10**Cássio Alberto Arend**

MEDIAÇÃO AMBIENTAL: APONTAMENTOS PARA UM CAMINHO POSSÍVEL.....	187
Introdução	187
1 Instrumentos de política ambiental como forma de auxiliar na concretização do princípio democrático	188
2 O princípio democrático como premissa para a decisão ambiental.....	195
3 Mediação ambiental: apontamentos para um futuro possível.....	199
Referências	203

CAPÍTULO 11**Claudio Aricodemes Silva Junior**

A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO ESTADO POR OMISSÃO: ANÁLISE SOB A ÓTICA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE	205
Introdução	205
1 O meio ambiente como um direito fundamental.....	206
1.2 Responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente.....	209
2 A responsabilidade civil ambiental do estado por omissão: efetivação do direito fundamental ao meio ambiente	212
Considerações Finais.....	217
Referências	218

CAPÍTULO 12**Délton Winter de Carvalho**

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL: NATUREZA JURÍDICA E <i>STANDARD</i> PROBATÓRIO.....	221
--	-----

1 O poder-dever constitucional de tutela administrativa ambiental	221
2 Princípio constitucional da responsabilização ambiental.....	225
3 Natureza jurídica da responsabilidade administrativa.....	232
3.1 Prova da culpa ou dolo	236
Referências.....	239

CAPÍTULO 13

Édis Milaré

Lucas Tamer Milaré

A(DES)ORDEMNORMATIVA AMBIENTAL E A NECESSIDADE DE UMA FAXINA REGULATÓRIA: CONSOLIDAÇÃO OU CODIFICAÇÃO?.....243

1 A crise ambiental global e o desafio à lei.....	243
1.1 A crescente deterioração de nossa casa comum	243
1.2 O papel da lei para a superação da crise	246
2 O desenvolvimento do direito do ambiente no Brasil.....	247
2.1 A fase embrionária (1500/1981)	248
2.1.1 As ordenações do reino	248
2.1.2 O Código Civil Bevilacqua (1916) e os primeiros passos para um corpo de regras genuinamente nacional	252
2.1.3 A Conferência de Estocolmo (1972) e seus reflexos no fomento da legislação ambiental brasileira.....	253
2.2 A fase do nascimento (1981/1988).....	255
2.2.1 A lei da política nacional do meio ambiente (Lei 6.938/1981).....	255
2.2.2 A lei da ação civil pública (Lei 7.347/1985)	257
2.3 A fase da maturidade (a partir de 1988)	257
2.3.1 A Constituição Federal de 1988	57
2.3.2 A conferência das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento- eco 92.....	259
2.3.3 A lei dos crimes ambientais (Lei 9.605/1998).....	261
3 O descompasso da ação implementadora	262
4 Os caminhos a seguir.....	266
4.1 Consolidação das leis do ambiente	266
4.2 Código ambiental brasileiro	267
Uma palavra final.....	270
Referências	270

CAPÍTULO 14

Fabiana Tamaoki

MEDIAÇÃO COMO MÉTODO EXTRAJUDICIAL DE PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS..... 273

Introdução	273
1 Conflito e vulnerabilidade ambiental	275
2 Da justiça multiportas	278
3 Mediação como método extrajudicial de pacificação social	281
3.1 Conceito, elementos, princípios e características	282
3.2 Mediação de conflitos socioambientais	286
3.3 Peculiaridades da mediação ambiental: breves considerações	289
3.4 Mediação de direitos transindividuais	291
4 Metodologia de pesquisa	295
5 Resultados da pesquisa	296
Considerações Finais.....	298
Referências	299

CAPÍTULO 15

Felipe Pires Muniz de Brito

LC Nº. 140/2011 E FEDERALISMO DE COOPERAÇÃO: ENTRE NECESSIDADE DE SEGURANÇA JURÍDICA E ATUAÇÃO DA ADVOCACIA AMBIENTAL.....	305
Introdução	305
1 Federalismo de cooperação e proteção ambiental no Brasil.....	306
2 LC Nº. 140/2011 e cooperação federativa ambiental	308
3 Segurança jurídica em matéria ambiental e advocacia	313
Considerações Finais	315
Referências.....	317

CAPÍTULO 16

Fernando Gouveia

Adriana Coli

A COMPETÊNCIA COMUM ADMINISTRATIVA E A ANUÊNCIA DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – EFEITOS E LIMITES	319
Introdução	319
1 Competência no licenciamento ambiental.....	321
1.1 O Art. 23 da Constituição Federal e os critérios utilizados anteriormente à Lei complementar nº 140/2011	322
2. Regulamentação do Art. 23 da Constituição Federal pela Lei complementar nº 140/2011 e a fixação do critério claro de competência do licenciamento.....	327
2.1 Licenciamento ambiental uno.....	328
3. Manifestação de órgão e instituições intervenientes no licenciamento ambiental.....	330

3.1 Regra como não vinculantes	332
3.2 Reflexos da discricionariedade técnica do órgão licenciador	334
3.3 Implicações das manifestações intervenientes no licenciamento ambiental.....	335
Considerações Finais.....	337
Referências	338

CAPÍTULO 17

Guilherme Dallacosta

GOVERNANÇA DO CLIMA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	341
Introdução	341
1 Vulnerabilidades e adaptação à mudança do clima	342
2 A governança do clima nas políticas de mudanças climáticas.....	346
2.1 A Lei Federal nº 12.187/2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)	346
2.2 A abordagem da Lei Estadual 14.829/2009 – Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina..	348
Considerações Finais.....	351
Referências	352

CAPÍTULO 18

Guilherme M. de Castro

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA E A NULIDADE DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO.....	355
Introdução	355
1 Da competência constitucional administrativa em matéria ambiental.....	357
2 Da competência sancionatória – atuação originária e supletiva.....	360
3 Do rito procedimental sancionatório e sua nulidade quando não observada a competência originária	362
Considerações Finais.....	367
Referências	368

CAPÍTULO 19

Jéssica Lopes Ferreira Bertotti

SANEAMENTO BÁSICO EM REGIÕES METROPOLITANAS: DESAFIOS E ALTERNATIVAS	371
Introdução	371
1 Princípio da separação dos poderes	371

2 Princípio da discricionariedade administrativa.....	374
3 Princípio da reserva do possível.....	375
4 Da competência comum dos entes federados com relação ao saneamento básico e sua implementação.....	376
4.1 Competência para a prestação de serviço de saneamento básico	376
4.2 Da competência individualizada dos entes federados, proteção ambiental e controle da poluição	377
4.3 Com relação aos intervenientes Ministério das Cidades, SNSA (Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental), Ministério da Saúde e FUNASA (Fundação Nacional da Saúde).....	382
5 Da instituição de região metropolitana e da competência para saneamento básico – entendimento do Supremo Tribunal Federal – ADI 1.842 Rio de Janeiro	386
Considerações Finais.....	390
Referências.....	390

CAPÍTULO 20

Julia Behera Rabinovici Santos

Luiza Vitória Nunes Avelino

DESAFIOS SOBRE A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS AMBIENTAIS.....	393
Introdução	393
1 Princípios constitucionais que norteiam a aplicação da prescrição intercorrente.....	393
2 Competência legislativa em matéria processual e ambiental.....	396
3 O instituto da prescrição intercorrente, sua previsão legal em nível federal e a lacuna legislativa no estado de Minas Gerais	400
4 Posicionamento da Advocacia Geral do Estado em Minas Gerais e da jurisprudência dominante do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	401
5 A tentativa de instituição da prescrição intercorrente no estado de Minas Gerais	406
6 Da mudança jurisprudencial e do reconhecimento da prescrição intercorrente no âmbito do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)	410
Considerações Finais.....	414
Referências	415

CAPÍTULO 21

Leonardo Pereira Lamego

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO NO DIREITO AMBIENTAL.....	417
--	-----

Introdução	417
1 AIR – Experiência internacional	421
2 Regulamentação da AIR no Brasil.....	426
3 Regulamentação da AIR pelo Decreto Federal 10.411/2020 e sua aplicação ao direito ambiental.....	431
Considerações Finais.....	437
Referências	438

CAPÍTULO 22

Letícia Yumi Marques

O ENSINO DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO ADVOGADO ESPECIALISTA EM DIREITO AMBIENTAL	441
Introdução.....	441
1 Breves considerações sobre o direito ambiental no Brasil.....	442
2 A disciplina de direito ambiental no curso de graduação em direito nas instituições de ensino superior brasileiras.....	443
3 A formação do advogado especialista em direito ambiental.....	446
4 Multidisciplinaridade e perspectivas para o ensino do direito ambiental ..	449
Considerações Finais.....	450
Referências	451

CAPÍTULO 23

Lucas Fonseca Marinho

Romeu Thomé

ANÁLISE CRÍTICA DA INTERVENIÊNCIA NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS: A NATUREZA NÃO VINCULANTE DAS MANIFESTAÇÕES DOS ÓRGÃOS INTERVENIENTES	453
Introdução	453
1 O licenciamento ambiental e a competência constitucional em matéria ambiental.....	454
2 A natureza não vinculante da manifestação dos órgãos intervenientes no âmbito do processo de licenciamento ambiental.....	456
2.1 Procedimentos para manifestação dos órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental em âmbito federal: hipóteses, momento e prazo.....	459
3 O regramento para manifestação dos órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental em Minas Gerais.....	461
3.1 A (i)legalidade dos §2º do art. 26 Decreto Estadual 47.383/2018.....	463
Considerações Finais.....	469
Referências	470

CAPÍTULO 24**Luciana Vianna Pereira**

MEDIAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS LEGISLAÇÕES DO BRASIL E PORTUGAL.....	473
Introdução	473
2 A mediação para solução de conflitos ambientais na legislação brasileira..	475
3 A mediação para a solução de conflitos ambientais na legislação portuguesa..	478
4 Mediação ambiental no Brasil e em Portugal – semelhanças e divergência..	481
5 Breves considerações sobre o uso prático da mediação para a solução de conflitos ambientais no Brasil e em Portugal.....	487
Conclusão – por que a mediação é um caminho adequado para os conflitos ambientais?	489
Referências	492

CAPÍTULO 25**Luis Antonio Monteiro de Brito**

ANÁLISE CRÍTICA DO USO PUNITIVO DA INDENIZAÇÃO POR DANO EXTRAPATRIMONIAL COLETIVO AMBIENTAL.....	495
Introdução	495
1 O que é “dano extrapatrimonial coletivo ambiental”?	496
2 As funções da responsabilidade civil ambiental	503
2.1 Função reparatória: a essência da responsabilidade civil ambiental.....	505
2.2 Funções preventiva e pedagógica: efeitos incidentais ao dever de indenizar.....	508
2.3 Função punitiva: impossibilidade presente e perspectiva futura	511
3 A inadequação do uso da indenização por dano moral coletivo como pena civil heterônoma	515
Considerações Finais.....	519
Referências	520

CAPÍTULO 26**Manuela Demarche Mello****Renata Campetti Amaral**

ASPECTOS JURÍDICOS DA SUSTENTABILIDADE: <i>BUSINESS AS (UN) USUAL?</i>	523
Introdução	523
1 Afinal, o que é (e qual a origem) do ESG?.....	524
2 Como definir as métricas e o que é materialmente relevante para as questões ESG?.....	527
3 A análise de risco e o envolvimento crucial do departamento jurídico.....	530

Considerações Finais.....	534
Referências	535

CAPÍTULO 27

Marcelo Kokke

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	537
Introdução	537
1 Planejamento ambiental e vulnerabilidades ecológicas	539
2 Zoneamento ecológico-ambiental e diagnóstico do efeito de borda	544
Considerações Finais.....	552
Referências	553

CAPÍTULO 28

Marcia Silva Stanton

O REQUISITO DA ADICIONALIDADE NO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS.....	557
Introdução	557
1 O pagamento por serviços ambientais.....	559
2 Os mercados de ativos ambientais.....	561
3 As mudanças climáticas e os mercados de carbono	563
3.1 O REDD+.....	564
4 Adicionalidade, eficiência e equidade.....	566
4.1 O PSA em áreas sujeitas à limitação administrativa (APP, RL e AUR)..	567
Considerações Finais.....	570
Referências	572

CAPÍTULO 29

Márcio Pereira

A ÁGUA É UMA SÓ	575
Introdução	575
1 Começando pela água.....	576
2 Gestão do uso de recurso hídrico.....	578
3 Disponibilidade hídrica	580
4 Tragédia do uso dos bens comuns.....	581
5 Resiliência hídrica	582
6 Segurança hídrica.....	585
6.1 Arbitramento	587
6.2 Outorga coletiva.....	589
6.3 Outorga sazonal.....	590
6.5 Cessão de uso dos recursos hídricos.....	591

Consideração Final	592
Referências.....	593

CAPÍTULO 30

Marina da Silva Pinto Maciel

Beatriz Paulo de Frontin

OS INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA PREVISTOS PELA PNRS.....	595
Introdução	595
1 Abrangência dos sistemas de logística reversa estabelecidos pelo art. 33 da PNRS.....	596
2 Os instrumentos para implementação dos sistemas de logística reversa previstos pela PNRS	599
2.1 Regulamentos expedidos pelo Poder Público	599
2.2 Acordos setoriais.....	602
2.3 Termos de compromisso.....	604
3 Regras de prevalência dos acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional	605
4 Isonomia	608
Considerações Finais	610
Referências	611

CAPÍTULO 31

Marina Monné de Oliveira

DESAFIOS NA REMEDIAÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS.....	613
Introdução	613
1 Áreas contaminadas no ordenamento jurídico	615
2 Empecilhos para a remediação e consequências	618
3 Endereçamento.....	627
3.1 Responsabilidade civil e obrigação <i>Propter Rem</i>	628
3.2 Incentivos financeiros	634
Considerações Finais	638
Referências	640

CAPÍTULO 32

Marlus Oliveira

A REQUISICÃO DE INFORMAÇÕES PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E OS SEUS LIMITES	645
Introdução	645
1 O ministério público em matéria de meio ambiente	647

1.1 Requisição e inquérito civil.....	648
1.2 A motivação nas requisições	652
1.3 Razoabilidade do prazo a ser estabelecido.....	653
1.4 Objeto lícito e possível.....	655
2 Consequências da demora na emissão de resposta.....	657
Considerações Finais.....	663
Referências	666

CAPÍTULO 33

Mateus Stallivieri da Costa

Nelson Tonon Neto

O PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO AMBIENTAL E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - O RENASCIMENTO DE UMA DISCUSSÃO SUPERADA.....

Introdução	669
1 Princípio do <i>não retrocesso</i> - origem social e evolução para o ambiental.....	670
2 Concepção alargada do <i>não retrocesso</i> e interpretação extensiva	673
3 Concepção ponderada do princípio e interpretação restritiva	675
4 Posição do STF quanto ao <i>não retrocesso</i> - análise das adis e ADC do código florestal.....	679
5 Começo do fim ou fim do começo? postura do STF após análise do Código Florestal.....	681
Considerações Finais.....	684
Referências	686

CAPÍTULO 34

Paulo de Bessa Antunes

NOVOS RUMOS PARA A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL: EMENDA CONSTITUCIONAL 42.....

Introdução	689
1 A Emenda Constitucional 42 e a lei de liberdade econômica	692
2 Responsabilidade baseada em grandes impactos	693
3 A importância da dimensão do impacto no direito ambiental	696
3.1 Responsabilidade objetiva e atividades de grande impacto e risco	697
3.2 A responsabilidade bifurcada.....	701
4 Excludentes de responsabilidade e mitigação do modelo	703
4.1 Excludentes de responsabilidade.....	704
4.2 Porte do agente e mitigação da responsabilidade	708
Conclusão	709
Referências	709

CAPÍTULO 35**Pedro Niebuhr**

O REGIME JURÍDICO DO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO	713
Introdução	713
1 Ritos e modalidades de licenciamento ambiental.....	714
2 Licenciamento ambiental de rito (procedimento) ordinário e especial.....	716
3 Licenciamento ambiental trifásico.....	719
4 Licenciamentos simplificados.....	720
5 Licenciamento por adesão e compromisso.....	723
Considerações Finais.....	729
Referências	730

CAPÍTULO 36**Pedro Puttini Mendes**

ÁREAS CONSOLIDADAS EM RESERVA LEGAL NAS PROPRIEDADES RURAIS DO BIOMA CERRADO E O ARTIGO 68 DO CÓDIGO FLORESTAL.....	731
1 Áreas consolidadas em propriedades rurais no código florestal.....	731
2 Áreas consolidadas no artigo 68 do Código Florestal segundo a análise do Supremo Tribunal Federal.....	735
3 Áreas consolidadas em reserva legal nas propriedades rurais do bioma cerrado.....	740
Considerações Finais.....	746
Referências	747

CAPÍTULO 37**Rafael Lima Daudt D'Oliveira**

A RESERVA LEGAL FLORESTAL E OS EMPREENDIMENTOS LINEARES.....	749
Introdução	749
1 Considerações gerais sobre o instituto da reserva legal	749
2 A reserva legal e o conceito de imóvel rural.....	752
2.1 Quanto ao critério da localização.....	752
2.2 Quanto ao critério da destinação.....	755
3 Da extinção da obrigatoriedade da manutenção da reserva legal: conjugação dos critérios da localização e da destinação.....	760
4 Da reserva legal para licenciamentos ambientais de empreendimentos lineares.....	761
4.1 Dos empreendimentos lineares e da servidão administrativa.....	762

4.2 Da reserva legal dos empreendimentos lineares nas hipóteses não excepcionadas pelo Código Florestal	763
4.3 Da reserva legal dos empreendimentos lineares nas hipóteses não excepcionadas pelo Código Florestal, em caso de supressão de vegetação de Mata Atlântica.....	766
Conclusão	768
Referências	768

CAPÍTULO 38

Renata Franco de Paula Gonçalves Moreno

RESPONSABILIDADE PENAL: BREVES ANOTAÇÕES DAS DECISÕES DO STF SOBRE A LEI DE CRIMES AMBIENTAIS.....

Introdução	773
1 O processo de criação da lei de crimes ambientais	773
2 Entendimento de nossos tribunais	774
2.1 Primeira decisão proferida pelo STF	775
2.2 Princípio da insignificância.....	776
2.3 Conflitos normativos na lei.....	777
2.4 Prisão preventiva como excepcional.....	779
2.5 Desconsideração da personalidade jurídica	782
2.6 Competência para julgamento da ação.....	782
2.7 Ausência de individualização das condutas.....	783
2.8 Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	784
2.9 Corresponsabilidade penal da pessoa física	785
Considerações Finais.....	787
Referências	788

CAPÍTULO 39

Renata Ribeiro de Souza Nobre

ANÁLISE SOBRE A RELEVÂNCIA JURÍDICO-ESTRATÉGICA DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE PERANTE A CRESCENTE DEMANDA INTERNACIONAL POR CONFORMIDADE AMBIENTAL.....

Introdução	791
1 O surgimento do <i>compliance</i> : conceito, histórico e desenvolvimento	792
2 Compreendendo o diferencial do <i>compliance</i> ambiental: a relevância jurídico-estratégica dos programas de conformidade	796
2.1 O despertar para a mudança de cultura em torno do cumprimento das normas ambientais	796
2.2 Nova fase para o <i>compliance</i> ambiental: as pressões do mercado e os critérios ESG (<i>environmental, social and governance</i>).....	799

3 Perspectivas e reflexões em torno do crescimento do <i>compliance</i> ambiental no Brasil.....	802
3.1 Proposta de regulamentação para o <i>compliance</i> ambiental no Brasil: Projeto de Lei nº 5.442/2019.....	803
Considerações Finais.....	805
Referências	805

CAPÍTULO 40

Ricardo Carneiro

Thábata Luanda dos Santos e Silva

A UTILIDADE PÚBLICA NOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL.....	809
Introdução.....	809
1 Utilidade pública: conceito, relação com o direito à propriedade e reflexos gerais sobre o direito ambiental.....	809
2 Das hipóteses de incidência da utilidade pública em matéria ambiental: vegetação especialmente protegida e áreas de uso restrito	814
3 A utilidade pública nos processos de intervenção ambiental.....	820
Considerações Finais.....	828
Referências	829

CAPÍTULO 41

Talden Farias

ASPECTOS GERAIS DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	831
Introdução.....	831
1 Objetivos do SNUC.....	832
2 Fundamentos legais do SNUC.....	834
3 Instrumentos do SNUC.....	835
4 Categorias de unidades de conservação.....	836
4.1 Unidades de proteção integral.....	836
4.2 Unidades de uso sustentável	838
5 Criação de unidades de conservação.....	842
6 Desconstituição ou redução de limites das unidades de conservação	843
7 Compensação ambiental do SNUC.....	843
Considerações Finais.....	847
Referências	848

CAPÍTULO 42**Tiago Andrade Lima**

AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OS RISCOS CLIMÁTICOS NO BRASIL	851
Introdução	851
1 Acordo de Paris e a INDC do Brasil	852
2 Responsabilidade das instituições financeiras	855
Considerações Finais.....	859
Referências	860

CAPÍTULO 43**Werner Grau Neto**

A INDISPENSABILIDADE DO ADVOGADO À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIANTE DE SUAS ATRIBUIÇÕES E DA NECESSIDADE DE RESPEITO E ACEITAÇÃO DA SIMETRIA EM RELAÇÃO À ADVOCACIA.....	863
Referências	878

DIRETORIA UBAA 2019/2022.....	881
-------------------------------	-----